
A PERSPECTIVA INFRAESTRUTURAL NA ANÁLISE DA PLATAFORMIZAÇÃO DA SOCIEDADE: A CONTRIBUIÇÃO DE JOSÉ VAN DIJCK

THE INFRASTRUCTURAL PERSPECTIVE IN THE ANALYSIS OF THE PLATFORMIZATION OF SOCIETY: THE CONTRIBUTION OF JOSÉ VAN DIJCK

LA PERSPECTIVA INFRAESTRUTURAL EN EL ANÁLISIS DE LA PLATAFORMIZACIÓN DE LA SOCIEDAD: LA CONTRIBUCIÓN DE JOSÉ VAN DIJCK

Henrique Chevrand Weiss¹

Resumo

O presente trabalho trata sobre a proposição analítica acerca da plataforma da sociedade cunhada por José Van Dijck. O objetivo principal é apreender e destacar a perspectiva infraestrutural em meio à miríade de outras perspectivas e proposições teórico-conceituais. A pesquisa possui como referência a análise de conteúdo das obras publicadas pela autora nas últimas duas décadas, destacando o trabalho *The Platform Society*. A partir desta análise se faz possível analisar a plataforma enquanto fenômeno infraestrutural, tornando as plataformas imprescindíveis para a manutenção de uma série de relações intersubjetivas cotidianas, garantindo poder a um oligopólio tecnológico cada vez mais presente e dominante socialmente.

Palavras-Chave: Plataformização; Plataforma; Van Dijck; Tecnologia; Sociedade.

Abstract

The present paper deals with the analytical proposition about the platform of society coined by José Van Dijck. The main objective is to grasp and highlight the infrastructural perspective among the myriad of other theoretical-conceptual perspectives and propositions. The research has as reference the content analysis of the works published by the author in the last two decades, highlighting the work *The Platform Society*. From this analysis, it is possible to analyze the platform as an infrastructural phenomenon, making the platforms essential for the maintenance of a series of daily intersubjective relationships, guaranteeing power to a technological oligopoly that is increasingly present and socially dominant.

Key words: Platformization; Platform; Van Dijck; Technology; Society.

Resumen

El presente trabajo aborda la propuesta analítica sobre la plataforma de la sociedad acuñada por José Van Dijck. El objetivo principal es captar y resaltar la perspectiva de la infraestructura entre la miríada de otras perspectivas y proposiciones teórico-

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: henriqueweiss@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5401-4916>.

conceptuales. La investigación tiene como referencia el análisis de contenido de los trabajos publicados por el autor en las últimas dos décadas, destacando el trabajo *The Platform Society*. A partir de este análisis, es posible analizar la plataforma como un fenómeno infraestructural, haciendo de las plataformas imprescindibles para el mantenimiento de una serie de relaciones intersubjetivas cotidianas, garantizando el poder a un oligopolio tecnológico cada vez más presente y socialmente dominante. **Palabras clave:** Plataformatización; Plataforma; Van Dijck; Tecnología; Sociedad.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata sobre a proposição analítica acerca da plataformização da sociedade cunhada por José Van Dijck. O objetivo principal é apreender e destacar a perspectiva infraestrutural em meio à miríade de outras perspectivas e proposições teórico-conceituais. A pesquisa possui como referência a análise de conteúdo das obras publicadas pela autora nas últimas duas décadas, destacando o trabalho *The Platform Society*. A partir desta análise, se faz possível analisar a plataformização enquanto fenômeno infraestrutural, tornando as plataformas imprescindíveis para a manutenção de uma série de relações intersubjetivas cotidianas, garantindo poder a um oligopólio tecnológico cada vez mais presente e dominante socialmente.

A discussão acerca da plataformização da sociedade é ampla, diuturna e, por hora, distante de um consenso. Por se tratar de um processo dinâmico e contemporâneo, a construção acadêmica em vias de compreensão do fenômeno se encontra submersa nas dificuldades de se compreender o que se vive. Enquanto acontecimento histórico, é possível encontrar prelúdios do que hoje se experiencia já na década de 1960 nos Estados Unidos (Juliet SCHOR, 2020). Entretanto, a intensidade da plataformização se expressa de fato há menos de uma década, criando um campo fértil para as tentativas de apreensão dos impactos sociais de transformações tecnológicas.

Este é um processo que começa a se materializar em meados da década de 1990 com a popularização do uso da internet, se intensificando de maneira relevante a partir da segunda década do século XXI. Calcado em ideais frustrados da contracultura norte-americana dos anos 1960, o grupo que Schor (2020) denomina de 'New Communalists' abraça a concepção de que a tecnologia poderia ter um papel central na constituição de sociedades mais igualitárias e comunitárias, visando utilizá-

la na busca do bem comum (SCHOR, 2020). A ideia era que isto ocorreria como consequência de uma reorganização do trabalho através da inovação tecnológica, tornando os serviços mais otimizados, reduzindo custos e burocracias desnecessárias e contribuindo para o crescimento econômico (José VAN DIJCK; Thomas POELL; Martijn DE WAAL, 2018).

Diversos artigos e livros foram escritos sobre a temática, buscando dar conta desta problemática contemporânea. Alguns, a tratam como potência para uma transformação positiva e libertadora, enquanto outros, como um aprofundamento de desigualdades estruturais (SCHOR, 2020). Dentre essa miríade de proposições, se encontra o trabalho de José Van Dijck. A professora de mídia e sociedade digital na Universidade de Utrecht, na Holanda, é autora de uma série de artigos e livros sobre os impactos sociais da tecnologia, entre eles a obra *The platform society: Public values in a connective world* (2018). É neste livro onde Van Dijck, Poell e De Waal irão abordar a perspectiva analítica aqui tratada, onde propõe que se deve apreender as transformações digitais das últimas décadas enquanto processo de criação de uma infraestrutura social com base digital.

Para aprofundar este pensamento e propor a sua transposição para a análise científica de problemáticas empíricas relacionadas à plataforma da sociedade, este artigo será dividido em três seções para além desta introdução. O trajeto através destas sessões visa trazer à tona a análise realizada no que aqui se chama de *perspectiva infraestrutural* a partir da obra de Van Dijck, e a sua comparação em relação a outras ferramentas analíticas relacionadas à plataforma da sociedade.

Na primeira será feito um breve apanhado histórico-conceitual relacionada à ideia de plataforma, pretendendo demonstrar as suas origens e traçar uma genealogia que caminhe da contracultura norte-americana dos anos 1960 até as infraestruturas digitais controladas de maneira oligopolística a partir da segunda década do século XXI. A segunda seção tratará especialmente da contribuição de José Van Dijck e suas colaboradoras, introduzindo e debatendo a ideia inovadora de se compreender o que aqui denomino de *perspectiva infraestrutural* na compreensão da plataforma da sociedade. O artigo será finalizado com uma conclusão, onde serão discutidas as possibilidades de aplicação da perspectiva infraestrutural na pesquisa empírica e enquanto modelo analítico da realidade social contemporânea.

DA CONTRACULTURA AO OLIGOPÓLIO: UMA BREVE GENEALOGIA DA SOCIEDADE DA PLATAFORMA

Apreender o trajeto histórico-conceitual de um fenômeno contemporâneo, com sua análise ainda em fervoroso andamento, não costuma ser uma tarefa simples. A velocidade de transformação da realidade social, as causalidades ainda frágeis e a fluidez das divergências e convergências entre autoras criam um terreno concomitantemente fértil e árido. Entretanto, esse trabalho potencialmente sísifo foi realizado por algumas pesquisadoras de maneira profunda e propositiva.

Schor (2020) relata o surgimento e as promessas da chamada Sharing Economy (ou Economia de Compartilhamento) e o seu processo até se tornar conhecida e criticada como Gig Economy (ou Economia de Bicos), Platform Capitalism (ou Capitalismo de Plataforma) ou Platform Economy (ou Economia de Plataforma). A autora credits este processo ao que chama de Californian Ideology (ou Ideologia Californiana). Esta história se inicia na década de 1960 na cidade de São Francisco nos Estados Unidos, partindo de ideais da contracultura norte-americana, crítica da modernidade e da concentração de poder resultante desta (SCHOR, 2020).

Desejosos de uma sociedade mais justa e igualitária, duas visões distintas sobre como alcançar esses ideais surgiam: de um lado a New Left (ou Nova Esquerda) se posicionava de maneira anti-tecnológica, argumentando que a tecnologia servia à guerra, às corporações que sustentavam os conflitos bélicos e o governo dos Estados Unidos. Seu entendimento era que a tecnologia seria uma força destrutiva e desumanizadora (SCHOR, 2020, p.50). Já o outro grupo, denominado de New Communalists (ou Novos Comunalistas), discordava da ideia de que a tecnologia seria algo negativo, entendendo-a enquanto uma solução. Assim, os Novos Comunalistas se deslocaram da cidade de São Francisco para constituir comunidades alternativas no interior do país, visando aplicar o aparato tecnológico de maneira a trazer benefícios sociais e ambientais (SCHOR, 2020).

Entretanto, estes sonhos comunais resultaram frustrados e os ideais pregados pelos Novos Comunalistas apenas viriam a ressurgir na década de 1990 com a popularização do uso da internet, entendendo esta como uma possibilidade para

realizar aqueles anseios de décadas anteriores. Neste período de hibernação entre a década de 1960 e 1990, Schor (2020) relata que o Novo Comunalismo se redefine inspirado nas políticas neoliberais dos anos 1980, unindo o ideário do livre mercado ao que chama de "espírito livre *hippie*" (SCHOR, 2020, p.51). Neste misto estético-político-performático surgem figuras icônicas que bem representam este argumento, como o fundador da empresa *Apple*, Steve Jobs, e o fundador da *Microsoft*, Bill Gates.

É deste Novo Comunalismo noventista influenciado pelo neoliberalismo da década de 1980 que surge a Ideologia Californiana. Esta combinou um ideário político libertário, uma estética contracultural e visões tecnoutópicas à sua crença central de que a tecnologia promoveria a libertação individual e a possibilidade de se constituir comunidades igualitárias (SCHOR, 2020, p.50). Desta união de ideias surge o discurso base da Economia de Compartilhamento, com sua promessa de empoderamento individual através do trabalho descentralizado e fragmentado em tarefas, da igualdade social e do fortalecimento de comunidades (SCHOR, 2020, p.51). A isto se soma outra dimensão do pensamento dos Novos Comunalistas: a cibernética. Esta é o estudo do controle automatizado através de máquinas - presente na formulação das plataformas utilizadas para realizar esta Economia de Compartilhamento - e que se fundamenta em mecanismos de autocorreção através de testes e da informação resultante destes. Assim surgem ferramentas digitais hoje amplamente presentes, como os algoritmos, a precificação dinâmica e a coleta massificada de dados através das plataformas (SCHOR, 2020, p.51). A mensagem final foi de que as empresas de tecnologia eram agentes revolucionários e que a missão daqueles que apoiassem esta revolução seria a de auxiliar as empresas contra as regulações governamentais (SCHOR, 2020, p.51).

Schor (2020) entende que o principal deslocamento intelectual nesta discussão foi o de unificar a ideia de liberdade individual com a de liberdade empresarial. A autora propõe que 1996 teria sido um ano fundamental neste processo, pois foi quando ocorreu o Telecommunications Act - processo legislativo que resultou na desregulamentação das empresas de tecnologia, fazendo com que o atual oligopólio tecnológico estadunidense fosse possível (SCHOR, 2020, p.52). Entretanto, a ideia de uma Economia de Compartilhamento ganha verdadeira força a partir do colapso financeiro seguido de crise no ano de 2008. Esta volta a ser vinculada a plataformas

das mais diversas finalidades, sendo muitas delas genuínas tentativas de construção de outras interações intersubjetivas com a finalidade de amenizar os efeitos da crise e subverter o modelo econômico vigente (SCHOR, 2020). Cabe aqui ressaltar que plataformas digitais com a finalidade de conectar pessoas para realizar distintos tipos de interação existem desde os princípios dos anos 1990. A rede virtual de troca de hospedagens gratuitas Couchsurfing foi fundada em 1991. Em 1995 foram ao ar os sites Craigslist - que oferece aos usuários a possibilidade de anunciar bens e serviços gratuitamente - e eBay - plataforma online de venda de bens. Já em 2000 se iniciava o ZipCar - site de empréstimo de carros pessoais com discurso e forma próximos aos seus similares da década de 2010 (SCHOR, 2020, p.55).

Segundo Juliet Schor e Steven Vallas (2021), duas dimensões são fundamentais para a compreensão do hiato temporal entre o surgimento destas primeiras plataformas nos anos 1990 e o seu crescimento exponencial a partir de 2008, uma tecnológica e outra econômica. Na dimensão tecnológica, é argumentado que o surgimento da Web 2.0 teria criado as possibilidades para o atual estado das plataformas. Esta não se trataria diretamente de avanços técnicos, mas na forma como a internet é compreendida e utilizada, buscando que os usuários também participem ativamente na produção de conteúdos dinâmicos disponibilizados online. Assim, sites como Facebook e YouTube - dependentes da criação de conteúdo a partir de usuários - se tornaram não só possíveis, como bem sucedidos e populares. Outro marco seria o lançamento do primeiro iPhone em 2007, criando a possibilidade de se acessar estes conteúdos a todo momento através de um dispositivo que estaria sempre próximo ao indivíduo (SCHOR; VALLAS, 2021).

Sobre a dimensão econômica, Schor e Vallas (2021) argumentam que as condições econômicas dos Estados Unidos, baseadas em juros baixos, somadas à especulação advinda de Wall Street teriam sido centrais no desenvolvimento das plataformas. Desde os anos 1990, empresas vinculadas à internet teriam sido o alvo preferencial de especuladores do mercado financeiro, com as autoras descrevendo que mais de 50 mil start-ups receberam \$250 bilhões em investimentos apenas durante os anos 1998-2002 (SCHOR; VALLAS, 2021, p.4). Esta é uma realidade que se mantém até hoje, tanto estes recursos sendo necessários ao desenvolvimento e

popularização de novas plataformas e seus aplicativos, quanto em seus altos valores financeiros e grau especulativo.

Assim, logo após a crise de 2008, as empresas-plataformas estavam prontas para absorver a massa de novos desempregados e desempregadas mundo afora. Sua ampla oferta de trabalho com baixas barreiras de entrada, somada aos discursos idealistas criaram a ideia de que uma outra economia poderia surgir dos escombros da crise, sendo esta a Economia de Compartilhamento. Schor e Vallas (2021) argumentam que a ideia de compartilhamento acompanha o surgimento da internet a partir de três desenvolvimentos intelectuais: a crítica cooperativista ao darwinismo social e à teoria do ator racional, a lógica não-privatista do espaço digital e a possibilidade de uma nova organização do trabalho e da economia (SCHOR; VALLAS, 2021, p.5). Assim, se embasava a ideia de que a cooperação aliada ao acesso livre e colaborativo aos avanços tecnológicos - especialmente de softwares -, seriam suficientes para reorganizar as estruturas econômicas capitalistas calcadas na competição, na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado, culminando em uma economia justa e colaborativa (SCHOR; VALLAS, 2021).

As vantagens deste modelo seriam diversas, sendo as principais promessas a de um mercado de trabalho mais justo e menos burocrático, a maior constituição de laços afetivos entre os sujeitos - destacando a ideia de comunidade - e a redução do impacto ambiental - especialmente através da redução na emissão de carbono que a estrutura P2P poderia proporcionar (SCHOR; VALLAS, 2021). Em um mundo de competição, individualidade e desigualdade, compartilhar se apresenta enquanto uma solução convincente, surgindo, assim, argumentações favoráveis à Economia de Compartilhamento.

Schor e Vallas (2021) ressaltam que há pouca convergência nesta discussão conceitual e que Economia de Compartilhamento segue sendo um conceito amplo que acaba se tornando o que as autoras chamam de *umbrella concept* (ou conceito guarda-chuva) (SCHOR; VALLAS, 2021). Entre outros, existem os conceitos de Uberização, de Economia de Bico (*Gig Economy*) e de Capitalismo de Plataforma (*Platform Capitalism*). Cada um destes possui seus méritos e limites, em geral sendo mais semelhantes que divergentes e não cabendo aqui a sua discussão.

Para além destas concepções, se encontra a apresentada por Van Dijck, Poell e De Waal (2018). As autoras defendem que a plataformização está inserida em um processo mais amplo, denominado de "platform society" - ou a sociedade da plataforma (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). A sociedade da plataforma seria esta infiltração nas instituições tradicionais/offline pelas plataformas, sendo que estas estariam construindo as estruturas sociais nas quais vivemos. Assim, se criaria uma relação inseparável entre as plataformas digitais e as estruturas sociais (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). Também é central neste conceito a compreensão de que há um disputa entre o que caberia enquanto benefício público ou ganho privado em uma sociedade profundamente afetada pela internet:

The "platform society" does not merely shift the focus from the economic to the social; the term also refers to a profound dispute about private gain versus public benefit in a society where most interactions are carried out via the Internet. While platforms allegedly enhance personalized benefits and economic gain, they simultaneously put pressure on collective means and public services. (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.2)

Partindo desta constituição histórico-conceitual e da apreensão do conceito de *platform society* (ou sociedade da plataforma), se faz possível adentrar o que aqui é denominado de *perspectiva infraestrutural*. Esta não é uma exclusividade de Van Dijck, tendo Nick Srnicek (2017) já demonstrado concepção semelhante. Apesar disto, aqui se acredita que a concepção de Srnicek (2017) possui duas limitação frente à de Van Dijck, Poell e De Waa (2018): 1) ela é focada mais em demonstrar a plataformização enquanto uma continuidade do capitalismo pré-plataformas e, especialmente, 2) ela é menos rica e didática em suas proposições teórico-metodológicas. Assim, segue na próxima seção um aprofundamento da perspectiva infraestrutural encontrada em Van Dijck.

A PERSPECTIVA INFRAESTRUTURAL DE JOSÉ VAN DIJCK

Como explicitado na seção anterior, a plataformização da sociedade enquanto processo toma proporções possivelmente inimagináveis para aquele grupo de jovens californianos da década de 1960. A imponência do uso de plataformas e seus

algoritmos ao cotidiano da grande maioria da população humana faz com que conhecer estas plataformas em profundidade seja uma tarefa essencial dos nossos tempos.

Aqui se defenderá que uma das mais criativas e perspicazes compreensões do fenômeno da plataformização vem de José Van Dijck e suas(seus) colaboradoras(es). A sua premissa central acerca do estudo das plataformas parte da seguinte proposição: "Platforms cannot be studied in isolation, apart from social and political structures, as they are all (inter)dependent on a global infrastructure that has been built steadily from the early 2000s onward." (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.8).

Passando boa parte das últimas duas décadas focada no estudo de redes sociais e seus impactos na agência e constituição de identidade (José VAN DIJCK, 2009; 2013), é possível perceber dois momentos no pensamento da autora: um primeiro onde ela começa a estruturar a sua ferramenta analítica frente às plataformas e um segundo onde avança para ampliar a sua perspectiva e culminar na ampla perspectiva infraestrutural. Já em 2014, Van Dijck publica *Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology*, onde trata de dados e metadados, do uso destes enquanto ativos de valor e a relação de confiança construída entre o indivíduo que permite o uso corporativo de seus dados e o processo amplo de plataformização.

O próximo grande passo foi a publicação do livro *The platform society: Public values in a connective world* (2018), que pode ser interpretado como uma síntese do pensamento de Van Dijck. É nesta obra onde será apresentada a perspectiva infraestrutural, entendida enquanto ideia central no argumento ali presente. A ideia é que se deve ir além do estudo de plataformas como "coisas" para a compreensão da plataformização enquanto um processo. Assim, a plataformização deve ser entendida como a penetração das plataformas digitais em setores econômicos e esferas da vida social já existentes, reorganizando práticas e construções simbólicas culturais (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018).

Existiriam, então, dois tipos de plataformas: as infraestruturais e as setoriais. As plataformas infraestruturais seriam as mais influentes, servindo como "[...] online

gatekeepers through which data flows are managed, processed, stored, and channeled." (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.12). As plataformas infraestruturais oferecem serviços como: mecanismos de busca, browsers, armazenamento na nuvem, email, sistemas de trocas de mensagem instantânea, redes sociais, publicidade e propaganda online, *app stores*, sistemas de pagamento, sistemas de identificação, análise de dados, hospedagem de vídeos, sistemas de geolocalização, etc (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). Já as plataformas setoriais estariam relacionadas a um setor ou nicho em particular, sendo como exemplo as plataformas de notícias, de transporte de pessoas e coisas, de educação, de saúde, de finanças ou de turismo (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018).

Como se pode apreender, as plataformas infraestruturais recebem esta definição justamente por permitirem o uso corriqueiro da tecnologia da informação, sendo estruturantes também das plataformas setoriais. Este mercado é dominado no ocidente por cinco grandes empresas, denominadas de *Big Five*, sendo elas *Alphabet*, *Amazon*, *Facebook*, *Apple* e *Microsoft*. A *Alphabet* - empresa guarda-chuvas relacionada aos serviços da Google:

[...] offers a number of key facilities in the ecosystem: a search engine (Google Search), a mobile operating system (Android), a web browser (Chrome), a social network service (Google+), an app store (Google Play), pay services (Google Wallet, Android Pay), an advertising service program (AdSense), a video-sharing site (YouTube), and a geospatial information system (Google Maps, Google Earth). Perhaps just as important but much less visible are crucial services such as Google Cloud Platform, which encompasses fifty-three services, including Google Compute (Hardy 2016). Verily Life Sciences (formerly Google Life Sciences) became an independent subsidiary of Alphabet in 2015. More recently, Alphabet has invested substantially in artificial intelligence by purchasing the British company DeepMind and Sidewalk Labs, an organization to develop urban innovation infrastructure. Alphabet has also consolidated its hardware division by boosting distribution of its inexpensive laptop Chromebook, which has pre-installed Google software packages—everything from browsers and mail to specific apps. (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.13)

Além dela, o Facebook controla o tráfego de dados na internet, sendo dona de em torno de 80% do mercado das redes sociais, com mais de dois bilhões de usuários ativos mundo afora (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). A influência e poder destas cinco empresas é tão grande que outras empresas de grande porte como *Spotify* e *Netflix* dependem na sua estrutura, sendo o *Spotify* executado no serviço de

nuvens da *Alphabet* - o *Google Cloud* - e o *Netflix* hospedado em servidores de propriedade da *Amazon* - *Amazon Web Services*. As autoras argumentam que "Virtually all platforms outside of the Big Five constellation are dependent on the ecosystem's infrastructural information services." (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.15). A conclusão é que estas empresas não estão apenas remodelando e oferecendo novas formas de se consumir certos serviços, elas possuem poder e influência suficiente para estabelecer novos padrões de consumo e comportamento social, com capacidade gestora de subjetividades e suas corporificações.

Paradoxalmente, este poder se constitui de maneira interdependente: o usuário depende da plataforma e a plataforma depende do usuário. Esta dinâmica é retratada como outro ponto central em relação a toda a discussão até aqui apresentada em relação ao acúmulo e manipulação de dados: a plataforma é um espaço potencialmente preenchido para alguma finalidade, criado em maior parte pelo próprio usuário - que também pode ser compreendido enquanto um cliente-trabalhador da plataforma. Assim, se cria um efeito em rede, onde quão maior for uma plataforma em número de usuários (e produção de conteúdos e, conseqüentemente, dados), maior tenderá a ser esta plataforma, criando uma tendência lógica à constituição de oligopólios.

Outro aspecto ressaltado é a constituição geopolítica e as relações estado-plataformas. Anteriormente foram citadas empresas estadunidenses, que estão entre as maiores do mundo e possuem especial influência na América Latina. Entretanto, ainda se deve levar em consideração a situação da China e da União Europeia. A internet na China opera de forma diretamente vinculada ao estado chinês, que possui acesso ao tráfego de dados e decide quais plataformas podem (ou não) operar no país. Mesmo assim existe um grupo de grandes empresas que gerem o espaço digital de forma oligopolística, a saber, *Alibaba*, *Tencent* e *Baidu* (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). Também cabe destacar as redes sociais *TikTok* e *Kwai*, com penetração intensiva e um marketing agressivo no território Brasileiro.

Já a União Europeia se encontra em meio à disputa sino-estadunidense. Sem a capacidade de controle estatal de seu espaço digital ou empresas de grande porte do setor da tecnologia, o seu grande desafio está na tentativa - relativamente frustrada - de encaixar os impactos e potências da plataformação no seu ideário social-democrata (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). Assim as plataformas acabam por

se mesclar com funções estatais de oferta de serviços, tornando o papel do estado fragilizado e em necessidade de se reinventar.

Esta constituição oligopolística de espaços de interação com potencial de influência intersubjetiva em massa é o processo que é encadeado e desencadeia o caráter infraestrutural da plataformização. Assim, de maneira a retomar de forma resumida o que aqui foi apresentado, a plataformização da sociedade deve ser apreendida enquanto processo amplo, de impacto organizacional-gerencial, político e cultural. Quando uma pesquisa dentro do âmbito das ciências sociais se limita a analisar uma plataforma de maneira isolada, esta perde o contexto amplo e delimitador deste processo.

É justamente enquanto tentativa de dar conta desta limitação que o presente artigo se presta. A sua conclusão poderia ser denominada de *proposição*, já que a ideia central é apresentar alternativas e sugestões teórico-metodológicas que possibilitem o avanço no campo. Assim, a conclusão foi desenhada enquanto um apanhado de possibilidades, sendo estas aprofundadas e exploradas em uma série de situações nas obras citadas da autora.

CONCLUSÃO

Apreender o processo de plataformização da sociedade levando em consideração a perspectiva infraestrutural apresenta, no entendimento aqui presente, um aprofundamento acerca da temática e uma série de vantagens analíticas. O objetivo desta conclusão será o de indicar possibilidades metodológicas com possível implicação em pesquisas referentes ao processo de plataformização que visem a utilização do referencial teórico aqui apresentado. Daqui seguirão duas aplicações heurísticas com finalidade analítica, visando apresentar uma breve sugestão de como utilizar o pensamento da autora em pesquisas e compreensões sobre plataformização.

A primeira é a apresentação de um percurso analítico das plataformas. Seguindo a construção do livro *The platform society: Public values in a connective world* (2018), é possível desbravar distintas escalas, partindo do micro - a análise da anatomia das plataformas - ao macro - as relações geopolíticas relacionadas ao processo de plataformização. Segundo as autoras, existiriam três escalas: o nível

micro, um nível médio e um nível macro (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). A ideia é que a análise de um nível possibilite uma melhor análise do próximo, já que "Analyzing the platform society at the micro-level of single platforms and at the meso-level of the ecosystem is vital to understand the macro-level of geopolitics." (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.26)

Do nível micro, pensando a anatomia das plataformas, deve-se levar em consideração que toda plataforma é "[...] is fueled by *data*, automated and organized through *algorithms* and *interfaces*, formalized through *ownership* relations driven by *business models*, and governed through *user agreements*." (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.9). Cada um destes termos destacados deve ser analisado em separado e em correlação para que se possa compreender a anatomia de uma dada plataforma. Se pode começar analisando a interface de uma dada plataforma a partir de seu algoritmo - de forma indireta. Compreendendo que o fluxo de dados não deve ser em vão, cada operação ali realizada deve possuir um sentido, apontando para o modelo de negócios. Também se pode compreender qual a finalidade daquela plataforma específica, podendo se tratar apenas de um desmembramento de uma plataforma muito mais ampla - como nos exemplos da Alphabet.

O nível médio (ou *meso*, na escrita das autoras), trata do ecossistema das plataformas. Como as plataformas são interdependentes, se cria um ecossistema onde estas são possíveis. Um exemplo é a necessidade que plataformas de transporte de coisas ou pessoas tem de sistemas de geolocalização, como o *Google Maps*. O mercado de tecnologia, relacionado às plataformas, na América do Norte e Europa (e, conseqüentemente, Brasil) é dominado por cinco empresas "[...] *Alphabet-Google, Facebook, Apple, Amazon, and Microsoft*, whose headquarters are all physically located on the West Coast of the United States." (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.12). Cada uma destas produz os elementos infraestruturais, que possibilitam que as plataformas setoriais operem - como no exemplo onde uma plataforma de transporte é dependente do sistema de geolocalização do Google.

É por isso que a análise do ecossistema das plataformas se relaciona com a anatomia de plataformas individuais enquanto servem, ao mesmo tempo, como ponte

para se apreender as disputas geopolíticas envolvidas no nível macro. Segundo as autoras, existem dois grandes blocos político-ideológicos em disputa:

The world of online geopolitics is divided in roughly two political–ideological hemispheres, each of which is governed by its own ecosystem, cemented in economic models that are opposites. The majority of successful infrastructural platforms that channel the world’s online social and economic traffic are either US or Chinese. Few of the core platforms originate in western Europe or Russia, and hardly any of them were built in Africa, Latin America, Australia, or Southeast Asia. (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p.26)

A análise de plataformas no Brasil em geral levará em conta o bloco EUA-Europa. Entretanto, enquanto prática neocolonial, a disputa segue aberta, e a chegada de plataformas chinesas com TikTok e Kwai no país demonstra a antes explicitada dificuldade em se estudar qualquer fenômeno sincrônico à pesquisa social. Mesmo assim, a proposição de Van Dijck, Poell e De Waal (2018) deve ser suficiente para dar conta destas novidades e complexidades, constituindo uma espécie de cartografia capaz de sinalizar os trajetos, possibilidades e limites de cada plataforma.

Um segundo ponto relevante na proposição analítica é de fato o entendimento amplo e relacional dado às plataformas. Estas não se encontram em um mundo a-histórico, completamente novo e sem precedentes: a plataformização é resultado de uma série de transformações possibilitadas por estruturas já existentes. É daí que parte a perspectiva infraestrutural, tendo como base outros momentos de transformação tecnológica e seus impactos no cotidiano. Assim, se pode pressupor que relações de desigualdade, por exemplo, não devam desaparecer, apenas se reformatar, como demonstrado na discussão histórica, fazendo com que a discursiva de igualdade e compartilhamento seja apenas possível de ser levada em consideração quando se ignora a historicidade do processo de plataformização.

Como demonstrado, a perspectiva infraestrutural joga luz sobre um processo contemporâneo e possibilita uma ampliação de ferramentas analíticas para a sua apreensão. Aqui se acredita ser de grande valia, tornando o trajeto do pensamento de José Van Dijck até os dias de hoje como uma grande contribuição para a sociologia. Se as plataformas produzem infraestrutura, produzem relações sociais profundas e

em massa, tornando o estudo da plataformização da sociedade cada vez mais necessário para se compreender a realidade social contemporânea.

REFERÊNCIAS

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020.

SCHOR, Juliet B. et al. Dependence and precarity in the platform economy. **Theory and Society**, v. 49, n. 5, p. 833-861, 2020

SCHOR, Juliet B.; VALLAS, Steven P. The Sharing Economy: Rhetoric and Reality. **Annual Review of Sociology**, v. 47, 2021.

VAN DIJCK, José. Users like you? Theorizing agency in user-generated content. **Media, culture & society**, v. 31, n. 1, p. 41-58, 2009.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. John Wiley & Sons, 2017.

VAN DIJCK, José. 'You have one identity': Performing the self on Facebook and LinkedIn. **Media, culture & society**, v. 35, n. 2, p. 199-215, 2013.

VAN DIJCK, José. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. **Surveillance & society**, v. 12, n. 2, p. 197-208, 2014.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society: Public values in a connective world**. Oxford University Press, 2018.

* Artigo recebido em 30 de agosto de 2021,
aprovado em 27 de outubro de 2021.